

**Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais
Ltda - Sicoob Central Crediminas**

Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2014 e de 2013

Conteúdo

| | |
|--|----|
| Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras | 3 |
| Balancos patrimoniais | 5 |
| Demonstrações das sobras e perdas | 7 |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido | 8 |
| Demonstrações dos fluxos de caixa | 9 |
| Demonstrações dos valores adicionados | 10 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras | 11 |



KPMG Auditores Independentes
R. Paraíba, 550 - 12º andar - Funcionários
30130-140 - Belo Horizonte, MG - Brasil
Caixa Postal 3310
30130-970 - Belo Horizonte, MG - Brasil

Central Tel 55 (31) 2128-5700
Fax 55 (31) 2128-5702
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores, Conselheiros de Administração e Filiadas da
Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. -
Sicoob Central Crediminas
Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. - Sicoob Central Crediminas (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações das sobras e perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. - Sicoob Central Crediminas em 30 de junho de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) para o semestre findo em 30 de junho de 2014, cuja apresentação está sendo realizada de forma voluntária pela Instituição. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 22 de agosto de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Antônio de Pádua Soares Pelicarmo
Contador CRC MG-027739/O-3

Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda - SICOOB Central Crediminas

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2014 e 2013

(em milhares de reais)

| Ativo | Nota | 2014 | 2013 |
|--|------|-------------------------|-------------------------|
| Circulante | | <u>1.939.239</u> | <u>1.523.304</u> |
| Disponibilidades | | 348 | 515 |
| Caixa | | 339 | 418 |
| Depósitos bancários | | 9 | 97 |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez | 4 | <u>1.266.775</u> | <u>925.931</u> |
| Aplicações em depósitos interfinanceiros | | 1.266.775 | 925.931 |
| Títulos e valores mobiliários | 5 | <u>496.094</u> | <u>423.398</u> |
| Títulos de renda fixa | | 55.390 | 113.640 |
| Cotas de fundos de investimentos | | 195.497 | 156.840 |
| Vinculados a operações de garantias | | 245.207 | 152.918 |
| Relações interfinanceiras | 6 | <u>147.594</u> | <u>116.959</u> |
| Repasses interfinanceiros | | 149.674 | 118.220 |
| (-) Provisão para perda em repasses interfinanceiros | | (2.080) | (1.261) |
| Operações de crédito | 7 | <u>16.314</u> | <u>40.997</u> |
| Operações de crédito - Setor privado | | 16.645 | 41.440 |
| (-) Provisão para operações de crédito | | (331) | (443) |
| Outros créditos | 8 | <u>12.050</u> | <u>15.451</u> |
| Rendas a receber | | 6.873 | 2.816 |
| Diversos | | 5.177 | 12.635 |
| Outros valores e bens | 9 | <u>64</u> | <u>53</u> |
| Material em estoque | | 35 | 30 |
| Despesas antecipadas | | 29 | 23 |
| Realizável a longo prazo | | <u>769.749</u> | <u>473.046</u> |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez | 4 | <u>114.447</u> | <u>7.566</u> |
| Aplicações em operações compromissadas | | 4.986 | 4.282 |
| Aplicações em depósitos interfinanceiros | | 109.461 | 3.284 |
| Títulos e valores mobiliários | 5 | <u>614.720</u> | <u>423.709</u> |
| Títulos de renda fixa | | 290.648 | 136.957 |
| Vinculados a operações de garantias | | 324.072 | 286.752 |
| Relações interfinanceiras | 6 | <u>29.005</u> | <u>30.421</u> |
| Repasses interfinanceiros | | 29.993 | 31.293 |
| (-) Provisão para perda em repasses interfinanceiros | | (988) | (872) |
| Operações de crédito | 7 | <u>31</u> | <u>998</u> |
| Setor privado | | 32 | 1.007 |
| (-) Provisão para operações de crédito | | (1) | (9) |
| Outros créditos | 8 | <u>11.546</u> | <u>10.352</u> |
| Diversos | | 11.546 | 10.352 |
| Permanente | | <u>171.737</u> | <u>152.985</u> |
| Investimentos | 10 | <u>132.721</u> | <u>112.551</u> |
| Participações de cooperativas | | 132.721 | 112.551 |
| Imobilizações de uso | 11 | <u>27.885</u> | <u>27.772</u> |
| Imobilizações em cursos | | 26.677 | 26.242 |
| Imóveis de uso | | 285 | 301 |
| Móveis e equipamentos de uso | | 259 | 328 |
| Equipamentos de informática | | 664 | 901 |
| Intangível | 12 | <u>11.131</u> | <u>12.662</u> |
| Gastos com aquisição e desenvolvimento de logiciais | | 11.124 | 12.655 |
| Outros | | 7 | 7 |
| Total do ativo | | <u><u>2.880.725</u></u> | <u><u>2.149.335</u></u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda - SICCOOB Central Crediminas

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2014 e 2013

(em milhares de reais)

| Passivo | Nota | 2014 | 2013 |
|--|------|-------------------------|-------------------------|
| Circulante | | <u>2.565.292</u> | <u>1.869.474</u> |
| Relações interfinanceiras | 13 | <u>2.351.354</u> | <u>1.675.356</u> |
| Centralização financeira - cooperativas | | 2.351.354 | 1.675.356 |
| Obrigações por empréstimos e repasses | 14 | <u>149.705</u> | <u>140.111</u> |
| Repasses no país | | 149.705 | 140.111 |
| Outras obrigações | | <u>64.233</u> | <u>54.007</u> |
| Sociais e estatutárias | 15 | 4.040 | 1.833 |
| Fiscais e previdenciárias | 15 | 747 | 591 |
| Diversas | 15 | 50.780 | 44.297 |
| Provisão para passivos contingentes | 16 | 8.666 | 7.286 |
| Exigível a longo prazo | | <u>47.303</u> | <u>39.120</u> |
| Obrigações por empréstimos e repasses | 14 | <u>35.757</u> | <u>28.768</u> |
| Repasses no País | | 35.757 | 28.768 |
| Outras obrigações | | <u>11.546</u> | <u>10.352</u> |
| Provisão para passivos contingentes | 16 | 11.546 | 10.352 |
| Patrimônio líquido | | <u>268.130</u> | <u>240.741</u> |
| Capital Social | 17 | 238.868 | 212.778 |
| Reserva Legal | 17 | 15.969 | 13.752 |
| Sobras Acumuladas | 17 | 13.293 | 14.211 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | <u>2.880.725</u> | <u>2.149.335</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda - SICOOB Central Crediminas

Demonstração das sobras e perdas

Semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013

(em milhares de reais)

| | Nota | 2.014 | 2.013 |
|--|------|------------------|-----------------|
| Receitas da intermediação financeira | | 124.345 | 62.290 |
| Rendas de operações de crédito | | 827 | 2.423 |
| Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez | | 61.265 | 30.493 |
| Resultado de operações com títulos e valores mobiliários | | 56.846 | 25.277 |
| Rendas de créditos vinculados ao crédito rural | | 5.407 | 4.097 |
| | | (117.361) | (59.036) |
| Dispêndios de captação | | (110.511) | (52.845) |
| Despesas de empréstimos e repasses | | (6.691) | (5.178) |
| Provisão para crédito de liquidação duvidosa | | (159) | (1.013) |
| Resultado bruto da intermediação financeira | | 6.984 | 3.254 |
| Outras receitas (despesas) operacionais | | 6.344 | 10.931 |
| Receitas de prestação de serviços | | 87 | 48 |
| Despesas de pessoal | | (10.727) | (10.122) |
| Outras despesas administrativas | | (4.757) | (4.928) |
| Resultado de participações em coligadas e controladas | | 6.752 | 4.647 |
| Outras receitas operacionais | 18 | 17.897 | 24.858 |
| Outras despesas operacionais | 19 | (2.908) | (3.572) |
| Resultado operacional | | 13.328 | 14.185 |
| Resultado não operacional | | (21) | 33 |
| Resultado antes da tributação | | 13.307 | 14.218 |
| Imposto de renda e contribuição social | | (14) | (7) |
| Sobras líquidas do semestre | | 13.293 | 14.211 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda - SICOOB Central Crediminas

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013

(em milhares de reais)

| | Capital social | Reserva legal | Sobras acumuladas | Total |
|---|----------------|---------------|-------------------|----------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2012 | 201.315 | 13.752 | 6.314 | 221.381 |
| Integralização de capital | 5.908 | - | - | 5.908 |
| Distribuição de sobras | 6.314 | - | (6.314) | - |
| | (759) | - | - | (759) |
| Sobra do semestre | - | - | 14.211 | 14.211 |
| Saldos em 30 de junho de 2013 | 212.778 | 13.752 | 14.211 | 240.741 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2013 | 219.118 | 15.969 | 18.844 | 253.931 |
| Aumento de capital com Sobras | 10.574 | - | (10.574) | - |
| Aumento de Capital | 11.051 | - | - | 11.051 |
| Distribuição de sobras | - | - | (8.270) | (8.270) |
| Devolução de capital | (1.875) | - | - | (1.875) |
| Sobra do semestre | - | - | 13.293 | 13.293 |
| Saldos em 30 de junho de 2014 | 238.868 | 15.969 | 13.293 | 268.130 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda - SICOOB

Demonstrações dos fluxos de caixas

Semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013

(em milhares de reais)

| | 2014 1º Semestre | 2013 1º Semestre |
|---|-----------------------|-----------------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | <u>(20.593)</u> | <u>192.997</u> |
| Sobra ajustada do semestre | 9.900 | 11.531 |
| Sobra do semestre/exercício | 13.293 | 14.211 |
| Provisão para perdas em relações interfinanceiras | (14) | 872 |
| Provisão sobre operações de crédito | 173 | 141 |
| Reversão/Provisão para passivos contingentes | 1.704 | (400) |
| Equivalência patrimonial | (6.752) | (4.647) |
| Depreciação e amortização | 1.496 | 1.354 |
| Variações dos ativos e passivos | <u>(30.493)</u> | <u>181.466</u> |
| Aumento/Redução das aplicações interfinanceiras de liquidez | (198.915) | 238.582 |
| Aumento/Redução dos títulos e valores mobiliários | 144.018 | (47.296) |
| Aumento/Redução das relações interfinanceiras e interdependências | 29.268 | (10.051) |
| Aumento/Redução das operações de crédito | (785) | 6.709 |
| Aumento/Redução de outros créditos e outros valores e bens | (6.953) | (2.021) |
| Aumento/Redução em outras obrigações | 2.874 | (4.457) |
| Fluxo de caixa das atividades de investimentos | <u>(9.282)</u> | <u>(18.933)</u> |
| Inversões em investimentos | (8.826) | (17.620) |
| Inversões em imobilizado de uso | (110) | (36) |
| Inversões em diferido/intangível | (346) | (1.277) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamentos | <u>247.260</u> | <u>(67.681)</u> |
| Aumento de obrigações por empréstimos e aplicações interfinanceiras | 246.354 | (72.830) |
| Aumento de capital | 11.051 | 5.149 |
| Baixa de capital | (1.875) | - |
| Distribuição de Sobras | (8.270) | - |
| Aumento/Redução do caixa e equivalência de caixa | <u>217.385</u> | <u>106.383</u> |
| Demonstração da variação do caixa e equivalente de caixa | | |
| Caixa e aplicações interfinanceiras no início do semestre | 370.005 | 158.059 |
| Caixa e aplicações interfinanceiras no fim do semestre | 587.390 | 264.442 |
| Aumento/Redução do caixa e equivalência de caixa | <u>217.385</u> | <u>106.383</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda - SICOOB Central Crediminas

Demonstração do valor adicionado

Semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013

(Valores expressos em reais)

| | junho-14 | junho-13 |
|--|---------------|---------------|
| 1. Receitas | 139.245 | 82.649 |
| 1.1 Intermediação financeira | 124.345 | 62.289 |
| 1.2 Prestação de serviços | 87 | 48 |
| 1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (159) | (1.013) |
| 1.4 Outras receitas/despesas operacionais | 14.994 | 21.290 |
| 1.5 Outras receitas/despesas operacionais não operacionais | (22) | 35 |
| 2. Despesas da Intermediação financeira | 117.202 | 58.023 |
| 3. Insumos adquiridos de terceiros | 2.882 | 3.054 |
| 3.1 Materiais, energias e outros | 414 | 438 |
| 3.2 Comunicação | 321 | 295 |
| 3.3 Processamento de dados | 191 | 290 |
| 3.4 Propaganda, promoções e publicidade | 172 | 223 |
| 3.5 Serviços de terceiros | 1.122 | 1.065 |
| 3.6 Transporte | 36 | 54 |
| 3.7 Viagens | 257 | 320 |
| 3.8 Outras | 369 | 369 |
| 4. Valor adicionado bruto (1-2-3) | 19.161 | 21.572 |
| 5. Retenções | 1.496 | 1.354 |
| 5.1 Depreciações e amortizações | 1.496 | 1.354 |
| 6. Valor adicionado líquido produzido pela entidade (4-5) | 17.665 | 20.218 |
| 7. Valor adicionado recebido em transferência | 6.752 | 4.647 |
| 7.1 Resultado de equivalência patrimonial | 6.752 | 4.647 |
| 8. Valor adicionado a distribuir (6+7) | 24.417 | 24.865 |
| 9. Distribuição do valor adicionado | 24.417 | 24.865 |
| 9.1 Pessoal e encargos | 9.017 | 8.562 |
| 9.1.1 Honorários | 996 | 920 |
| 9.1.2 Salários e encargos | 6.232 | 5.894 |
| 9.1.3 FGTS | 517 | 474 |
| 9.1.4 Benefícios e Treinamentos | 1.271 | 1.274 |
| 9.2 Impostos, contribuições e taxas | 1.758 | 1.686 |
| 9.3 Aluguéis | 349 | 406 |
| 9.4 Sobras apuradas no semestre | 13.293 | 14.211 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. - Sicoob Central Crediminas “Instituição” é uma entidade cooperativista, domiciliada em Belo Horizonte, que tem por objetivo a organização em comum e em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares). O endereço registrado do escritório da Instituição é Av. Amazonas, 298 - 10º andar - Centro. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução nº 3.859/10 do Conselho Monetário Nacional (CMN) que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito. Neste sentido, a Instituição coordena as ações do Sicoob Sistema Crediminas, difunde e fomenta o cooperativismo de crédito e orienta a aplicação dos recursos captados pelo Sistema. A Instituição integra o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil - Sicoob, em conjunto a outras cooperativas centrais e singulares.

As despesas administrativas e operacionais da Instituição são custeadas pelas filiadas. As despesas são distribuídas baseadas nos seguintes critérios: (i) alocação de custos diretos e indiretos relacionados aos serviços prestados pela Central para as filiadas; (ii) e rateio das despesas administrativas não relacionadas diretamente com serviços prestados para as filiadas, que é feito com base em critérios técnicos de rateio, e que envolvem o volume de depósitos, operações de crédito e patrimônio líquido das filiadas. Já as receitas oriundas da centralização financeira são integralmente rateadas com base na movimentação financeira das filiadas.

A Instituição é acionista do Banco Cooperativo do Brasil S.A. - BANCOOB e utiliza seus serviços para operacionalização das atividades da centralização financeira mediante convênio próprio. Em 30 de junho de 2014 e 2013, quase a totalidade das aplicações financeiras estavam concentradas naquela instituição financeira. O BANCOOB, entre outros serviços, proporciona ao Sistema Crediminas o uso da conta de reservas bancárias e a atividade de compensação de cheques e outros papéis.

Adicionalmente, as operações ativas de crédito são integrais e exclusivamente efetuadas com as filiadas. O Sicoob Sistema Crediminas possui um Fundo Garantidor de Depósitos - FGD, que é uma associação civil sem fins lucrativos, constituído pelas filiadas, que objetiva dar liquidez e solvabilidade ao Sistema. O FGD tem por finalidade efetuar o saneamento econômico-financeiro e/ou fortalecimento patrimonial, bem como prestar garantias de crédito nos termos e limites do Estatuto Social e Regulamento próprio, às operações de crédito realizadas entre as Cooperativas Participantes e instituições como Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, BDMG, BNDES e BANCOOB e outros bancos parceiros e nas hipóteses de descentralização, liquidação e/ou exclusão.

2 Apresentação das demonstrações financeiras da central

As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração da Cooperativa e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76, e alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista e às Normas e Instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) no que for aplicável, bem como são apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria Executiva em sua reunião realizada em 30 de julho de 2014 e pelo Conselho de Administração em sua reunião realizada em 30 de julho de 2014.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são:

- CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração de Relatório Contábil-Financeiro - Resolução CMN nº 4.144/12;
- CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/08;
- CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/08;
- CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/09;
- CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/11;
- CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. - Resolução CMN nº 4.007/11.
- CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/11; e
- CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Resolução CMN nº 3.823/09.

Atualmente, não é possível estimar quando o Banco Central irá aprovar os demais Pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a sua utilização será de forma prospectiva ou retrospectiva. Com isso, ainda não é possível estimar os impactos contábeis da utilização desses Pronunciamentos nas demonstrações financeiras da Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. - Sicoob Central Crediminas.

3 Principais práticas contábeis adotadas

(a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios, sendo ajustado pela parcela atribuível de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre os lucros tributáveis.

(b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para

passivos contingentes, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08, incluem caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e equivalentes de caixa compreendem:

| | 2014 | 2013 |
|---|-----------------------|-----------------------|
| Caixa e saldos em bancos | 348 | 515 |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez (90 dias) | 195.874 | 41.183 |
| Títulos e Valores Mobiliários (90 dias) | <u>391.168</u> | <u>222.744</u> |
| Total | <u>587.390</u> | <u>264.442</u> |

(d) Aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários

São registrados pelo montante aplicado, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustados ao valor de mercado, quando aplicável.

Os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- Títulos para negociação - Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado, sendo que os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos na demonstração das sobras e perdas.
- Títulos disponíveis para venda - Incluem os títulos e valores mobiliários contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos na demonstração das sobras e perdas, e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido (Ajuste a Valor de Mercado - Títulos disponíveis para venda) até a sua realização por venda, líquidos dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável.
- Títulos mantidos até o vencimento - Os títulos e valores mobiliários, os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de manter até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos oriundos em contrapartida ao resultado do período. (Notas Explicativas nº 4 e nº 5).

A política de investimentos da Instituição, classifica suas operações em negociáveis (*trading book*) e não negociáveis (*banking book*), que referem-se àquelas operações que a Instituição não manifesta a intenção de negociar até os respectivos vencimentos.

(e) Relações interfinanceiras

As operações prefixadas são registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta de rendas a apropriar, e as operações pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço, representando basicamente os créditos decorrentes de repasses de recursos do crédito rural (Nota Explicativa nº 6).

(f) Operações de crédito

As operações prefixadas são registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta de rendas a apropriar, e as operações pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço, observados os índices contratados (Nota Explicativa nº 7).

(g) Provisão para repasses interfinanceiros e provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização de valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica. A Resolução CMN nº 2.682/99 introduziu os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para a constituição da provisão para tais operações, as quais estabelecem nove níveis de risco, de 'AA', risco mínimo, a 'H', risco máximo (Notas Explicativas nº 6 e nº 7).

(h) Investimentos

Representados substancialmente por participações societárias avaliadas pelo método de equivalência patrimonial e demais investimentos avaliados pelo método de custo (Nota Explicativa nº 10).

(i) Imobilizado de uso

Os bens estão registrados ao custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear, aplicando-se taxas que contemplem a estimativa de vida útil econômica dos bens (Nota Explicativa nº 11).

(j) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem *softwares* adquiridos de terceiros e são amortizados a uma taxa anual de 10% (Nota Explicativa nº 12).

(k) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

(l) Relações interfinanceiras - Centralização financeira

Registradas pelo montante dos recursos das filiadas (cooperativas singulares) centralizados, e incluem os encargos e variações monetárias até a data do balanço (Nota Explicativa nº 13).

(m) Obrigações por empréstimos e repasses

Atualizadas pelos encargos contratados até a data do balanço (Nota Explicativa nº 14).

(n) Demais ativos e passivos

Registrados pelo regime de competência, inclusive, quando aplicável, atualizados até a data do balanço. Os ativos são apresentados pelo valor líquido de realização.

(o) Provisões

São constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

(p) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações e, quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras e as ações com chance de perda remota não são divulgadas (Nota Explicativa nº 16).

(q) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, os quais a Cooperativa tem por diretriz.

(r) Segregação entre circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os valores com prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

(s) Valor de recuperação de ativos - *Impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por *impairment*, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. A Cooperativa revisa o valor contábil dos ativos, com o objetivo de determinar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado. São feitas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperabilidade dos ativos e medir a perda no valor recuperável.

(t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2014.

4 Aplicações interfinanceiras de liquidez

(a) Composição por tipo de aplicação

| Descrição | 2014 | 2013 |
|---|-------------------------|-----------------------|
| Letras Financeiras do Tesouro | 4.986 | 4.282 |
| Debêntures | 65.342 | - |
| Certificado de Depósitos Interfinanceiros | <u>1.310.894</u> | <u>929.215</u> |
| Total | <u><u>1.381.222</u></u> | <u><u>933.497</u></u> |
| Circulante | 1.266.775 | 925.931 |
| Não circulante | 114.447 | 7.566 |

(b) Composição por tipo de aplicação e situação de prazo

| Descrição | 2014 | | | Total |
|---|----------------|------------------|----------------|------------------|
| | Até 90 | De 90 a 360 | Acima de 360 | |
| Letras Financeiras do Tesouro | 203 | 770 | 4.013 | 4.986 |
| Debêntures | - | - | 65.342 | 65.342 |
| Certificado de Depósitos Interfinanceiros | <u>195.671</u> | <u>1.070.130</u> | <u>45.093</u> | <u>1.310.894</u> |
| | <u>195.874</u> | <u>1.070.900</u> | <u>114.448</u> | <u>1.381.222</u> |
| Descrição | 2013 | | | Total |
| | Até 90 | De 90 a 360 | Acima de 360 | |
| Letras Financeiras do Tesouro | - | - | 4.282 | 4.282 |
| Certificado de Depósitos Interfinanceiros (i) | <u>41.183</u> | <u>884.748</u> | <u>3.284</u> | <u>929.215</u> |
| | <u>41.183</u> | <u>884.748</u> | <u>7.566</u> | <u>933.497</u> |

- (i) As aplicações com vencimento em até 90 dias são consideradas equivalentes de caixa assim como os depósitos bancários e títulos e valores mobiliários, para efeito da demonstração dos fluxos de caixa.

5 Títulos e valores mobiliários

a) Composição por tipo de aplicação

| Descrição | 2014 | 2013 |
|---|------------------|----------------|
| Letras Financeiras do Tesouro (a) | 190.153 | 219.990 |
| Instrumento Híbrido de Capital e Dívida | - | 8.991 |
| Cédula de Produto Rural (CPR) | 724 | - |
| Cédula de Crédito Bancário (CCB) | - | 1.415 |
| Cotas de fundos de investimento (a) | 195.497 | 156.841 |
| Títulos dados em garantias (a) | 569.279 | 439.670 |
| Letras Financeiras outros Bancos (a) | 155.161 | 20.200 |
| Total | 1.110.814 | 847.107 |
| Circulante | 503.344 | 423.398 |
| Não circulante | 607.470 | 423.709 |

- (a) Esses títulos foram adquiridos pela Instituição com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, são contabilizados pelo valor de mercado, sendo que os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre os mesmos são reconhecidos na demonstração das sobras e perdas.

b) Composição por tipo de aplicação e situação de prazo

| Descrição | 2014 | | | Total |
|---|----------------|----------------|----------------|------------------|
| | Até 90 | De 90 a 360 | Acima de 360 | |
| Letras Financeiras do Tesouro | 32.523 | 7.250 | 157.630 | 190.153 |
| Cédula de Produto Rural (CPR) | 432 | 292 | - | 724 |
| Cotas de fundos de investimento | 195.497 | - | - | 195.497 |
| Títulos dados em garantia | 162.716 | 82.491 | 324.072 | 569.279 |
| Letras Financeiras outros Bancos | - | 22.143 | 133.018 | 155.161 |
| | <u>391.168</u> | <u>112.176</u> | <u>607.470</u> | <u>1.110.814</u> |
| Descrição | 2013 | | | Total |
| | Até 90 | De 90 a 360 | Acima de 360 | |
| Letras Financeiras do Tesouro | 55.262 | 56.885 | 107.843 | 219.990 |
| Instrumento Híbrido de Capital e Dívida | - | - | 8.991 | 8.991 |
| Cédula de Crédito Bancária (CCB) | 1.415 | - | - | 1.415 |
| Cotas de fundos de investimento | 156.841 | - | - | 156.841 |
| Títulos dados em garantia | 9.149 | 143.769 | 286.752 | 439.670 |
| Letras Financeiras outros Bancos | 77 | - | 20.123 | 20.200 |
| | <u>222.744</u> | <u>200.654</u> | <u>423.709</u> | <u>847.107</u> |

6 Relações interfinanceiras

(a) Composição da carteira por tipo de operação e prazo de vencimento

| Descrição | 2014 | | 2013 | |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | Circulante | Não Circulante | Circulante | Não Circulante |
| Repasses interfinanceiros | 149.674 | 29.993 | 118.220 | 31.293 |
| Provisão para repasses interfinanceiros | (2.080) | (988) | (1.261) | (872) |
| | <u>147.594</u> | <u>29.005</u> | <u>116.959</u> | <u>30.421</u> |

(b) Composição por nível de risco e situação de vencimento dos repasses interfinanceiros

| Nível de risco | Provisão % | Vincendas | |
|----------------|------------|----------------|----------------|
| | | 2014 | 2013 |
| AA | 0,0 | 3.860 | - |
| A | 0,5 | 18.661 | 10.582 |
| B | 1,0 | 96.168 | 104.359 |
| C | 3,0 | 58.347 | 34.572 |
| D | 10,0 | 2.631 | - |
| | | <u>179.667</u> | <u>149.513</u> |
| Circulante | | 149.674 | 118.220 |
| Não circulante | | 29.993 | 31.293 |

(c) Composição por tipo de operação e situação de vencimento

| Descrição | Vincendas | | | | | | Total |
|--------------------------------|-----------|---------|---------|----------|-----------|--------------|---------|
| | 2014 | 2013 | | | | | |
| Repasses interfinanceiros | 179.667 | 149.513 | | | | | |
| Vincendas (dias) - 2014 | | | | | | | |
| Descrição | Até 30 | 31 a 60 | 61 a 90 | 91 a 180 | 181 a 360 | Acima de 360 | Total |
| Repasses interfinanceiros | 36.857 | 6.024 | 15.600 | 91.042 | 151 | 29.993 | 179.667 |

Vincendas (dias) - 2013

| Descrição | Até 30 | 31 a 60 | 61 a 90 | 91 a 180 | 181 a 360 | Acima de 360 | Total |
|-----------------------------|--------|---------|---------|----------|-----------|-----------------|---------|
| Repasse interfinanceiros | 9.178 | 2.869 | 3.729 | 66.751 | 35.693 | 31.293 | 149.513 |

**(d) Concentração dos repasses interfinanceiros, saldo de R\$ 179.667 mil em 2014
(R\$ 149.513 mil em 2013)**

| Descrição | 2014 | | 2013 | |
|----------------------|---------|------------|---------|------------|
| | Valor | % do total | Valor | % do total |
| Maior devedor | 23.949 | 13 | 16.734 | 11 |
| 10 maiores devedores | 117.320 | 65 | 90.728 | 61 |
| 20 maiores devedores | 156.241 | 87 | 126.582 | 85 |
| 40 maiores devedores | 179.661 | 100 | 149.513 | 100 |

(e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

| | 2014 | 2013 |
|--------------------------|----------------|----------------|
| Saldo inicial | (3.082) | (1.261) |
| Constituição da provisão | (297) | (914) |
| Reversão da provisão | 311 | 42 |
| Saldo final | <u>(3.068)</u> | <u>(2.133)</u> |
| Circulante | (2.080) | (1.261) |
| Não circulante | (988) | (872) |

7 Operações de crédito

a. Composição da carteira por tipo de operação e prazo de vencimento

| Descrição | 2014 | | | 2013 | | |
|---------------------------------------|---------------|-------------------|---------------|---------------|-------------------|---------------|
| | Circulante | Não Circulante | Total | Circulante | Não Circulante | Total |
| Empréstimos | 16.623 | - | 16.623 | 41.440 | 862 | 42.302 |
| Financiamentos repassados | 22 | 32 | 54 | - | 145 | 145 |
| Provisão para operações de Crédito | (331) | (1) | (332) | (443) | (9) | (452) |
| | <u>16.314</u> | <u>31</u> | <u>16.345</u> | <u>40.997</u> | <u>998</u> | <u>41.995</u> |

b. Composição por nível de risco e situação de vencimento

| Nível de risco | Provisão % | Vincendas | |
|----------------|------------|---------------|---------------|
| | | 2014 | 2013 |
| AA | 0,0 | 1.770 | - |
| A | 0,5 | 3.808 | 7.577 |
| B | 1,0 | 1.024 | 31.575 |
| C | 3,0 | 10.075 | 3.295 |
| | | <u>16.677</u> | <u>42.447</u> |
| Circulante | | 16.645 | 41.440 |
| Não circulante | | 32 | 1.007 |

c. Composição por tipo de operação e classificação nos níveis de risco

| Descrição | 2014 | | | | |
|---------------------------|-----------------|--------------|--------------|---------------|---------------|
| | Níveis de risco | | | | |
| | AA | A | B | C | Total |
| Empréstimos | 1.770 | 3.758 | 1.020 | 10.075 | 16.623 |
| Financiamentos repassados | - | 50 | 4 | - | 54 |
| | <u>1.770</u> | <u>3.808</u> | <u>1.024</u> | <u>10.075</u> | <u>16.677</u> |

| Descrição | 2013 | | | |
|---------------------------|-----------------|---------------|--------------|---------------|
| | Níveis de risco | | | |
| | A | B | C | Total |
| Empréstimos | 7.463 | 31.544 | 3.295 | 42.302 |
| Financiamentos repassados | 114 | 31 | - | 145 |
| | <u>7.577</u> | <u>31.575</u> | <u>3.295</u> | <u>42.447</u> |

d. Composição por tipo de operação e situação de vencimento

| Descrição | Vincendas | |
|---------------------------|---------------|---------------|
| | 2014 | 2013 |
| Empréstimos | 16.623 | 42.302 |
| Financiamentos repassados | 54 | 145 |
| | <u>16.677</u> | <u>42.447</u> |

Vincendas (dias) - 2014

| Descrição | Até 30 | 31 a 60 | 61 a 90 | 91 a 180 | 181 a 360 | Acima de 360 | Total |
|---------------------------|------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|
| Empréstimos | 250 | 1.123 | 1.868 | 5.200 | 8.182 | - | 16.623 |
| Financiamentos repassados | <u>2</u> | <u>3</u> | <u>-</u> | <u>17</u> | <u>-</u> | <u>32</u> | <u>54</u> |
| | <u>252</u> | <u>1.984</u> | <u>1.009</u> | <u>5.583</u> | <u>7.817</u> | <u>32</u> | <u>16.677</u> |

Vincendas (dias) - 2013

| Descrição | Até 30 | 31 a 60 | 61 a 90 | 91 a 180 | 181 a 360 | Acima de 360 | Total |
|---------------------------|---------------|--------------|--------------|---------------|--------------|--------------|---------------|
| Empréstimos | 12.508 | 2.164 | 5.016 | 12.486 | 9.266 | 862 | 42.302 |
| Financiamentos repassados | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>145</u> | <u>145</u> |
| | <u>12.508</u> | <u>2.164</u> | <u>5.016</u> | <u>12.486</u> | <u>9.266</u> | <u>1.007</u> | <u>42.447</u> |

e. Concentração de crédito no total de R\$ 16.677 mil em 2014 (R\$ 42.447 mil em 2013)

| Descrição | 2014 | | 2013 | |
|----------------------|--------|------------|--------|------------|
| | Valor | % do total | Valor | % do total |
| Maior devedor | 5.064 | 30 | 10.049 | 24 |
| 10 maiores devedores | 16.677 | 100 | 39.984 | 94 |
| 20 maiores devedores | - | 0 | 42.447 | 100 |

f. Movimentação da provisão para operações de crédito.

| | 2014 | 2013 |
|--------------------------|--------------|--------------|
| Saldo inicial | (159) | (311) |
| Constituição da provisão | (246) | (141) |
| Reversão da provisão | <u>73</u> | <u>-</u> |
| | <u>(332)</u> | <u>(452)</u> |
| Circulante | (331) | (443) |
| Não circulante | (1) | (9) |

8. Outros créditos

| Descrição | 2014 | | 2013 | |
|---|---------------|----------------|---------------|----------------|
| | Circulante | Não Circulante | Circulante | Não Circulante |
| Rendas a receber (i) | 6.873 | - | 2.816 | - |
| Adiantamentos diversos | 607 | - | 575 | - |
| Devedores por depósitos em garantia (ii) | - | 11.546 | - | 10.352 |
| Pagamentos a ressarcir (iii) | 3.209 | - | 2.637 | - |
| Créditos vinculados a operações adquiridas em cessão (iv) | - | - | 9.416 | - |
| Outros | 1.361 | - | 7 | - |
| | <u>12.050</u> | <u>11.546</u> | <u>15.451</u> | <u>10.352</u> |

- (i) Os valores registrados na rubrica “Rendas a receber” referem-se a dividendos propostos a receber do Banco Cooperativa do Brasil S/A.
- (ii) Os valores registrados na rubrica “Devedores por depósitos em garantia” estão melhores detalhados na Nota nº 16.
- (iii) Os valores registrados na rubrica “Pagamentos a ressarcir” referem-se basicamente ao rateio das despesas de custeio da Central que serão ressarcidos pelas cooperativas singulares.
- (iv) Os valores registrados na rubrica “Créditos vinculados a operações adquiridas em cessão” referem-se a direitos a receber de operações de venda de ativos financeiros (CPR), com cooperativas filiadas.

9 Outros valores e bens

| Descrição | 2014 | 2013 |
|--|-----------|-----------|
| Material em estoque - Formulários e outros materiais | 35 | 30 |
| Despesas antecipadas - Seguros | <u>29</u> | <u>23</u> |
| | <u>64</u> | <u>53</u> |

10 Investimentos

- (a) O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas e coligadas.

| Movimentação | 2014 | | | | Total |
|--------------------------------------|----------------|----------------|---------------------|-----------|----------------|
| | Bancoob | Minaseg | Sicoob Confederação | CNAC | |
| Saldos em 31 dezembro de 2013 | 83.535 | 4.683 | 28.910 | 15 | 117.143 |
| Aquisição | 10.200 | - | 6.314 | - | 16.514 |
| Equivalência patrimonial | 6.072 | 680 | - | - | 6.752 |
| Dividendos recebidos | <u>(6.248)</u> | <u>(1.440)</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>(7.688)</u> |
| Saldos em 30 de junho de 2014 | <u>93.559</u> | <u>3.923</u> | <u>35.224</u> | <u>15</u> | <u>132.721</u> |

*Cooperativa Central de Crédito de
Minas Gerais Ltda - Sicoob Central Crediminas
Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2014 e de 2013*

| Movimentação | 2013 | | | | Total |
|--------------------------------------|----------------------|---------------------|------------------------|------------------|-----------------------|
| | Bancoob | Minaseg | Sicoob Confederação | CNAC | |
| Saldos em 31 dezembro de 2012 | 65.412 | 3.168 | 21.689 | 15 | 90.284 |
| Aquisição | 10.569 | - | 7.221 | - | 17.790 |
| Equivalência patrimonial | 4.053 | 594 | - | - | 4.647 |
| Dividendos recebidos | (170) | - | - | - | (170) |
| Saldos em 30 de junho de 2013 | <u>79.864</u> | <u>3.762</u> | <u>28.910</u> | <u>15</u> | <u>112.551</u> |

(b) O quadro abaixo apresenta um sumário das informações apuradas pelo método de equivalência patrimonial.

| Descrição | Equivalência patrimonial - Coligadas e controladas | |
|---|--|---------------|
| | Bancoob | Minaseg |
| Quantidade de ações/cotas possuídas das investidas: | | |
| 30/06/2014 | 49.115.129 | 3.094.690 |
| 30/06/2013 | 39.372.464 | 3.094.690 |
| % de participação no capital social das investidas: | | |
| 30/06/2014 | 14,08% | 99,99% |
| 30/06/2013 | 14,23% | 99,99% |
| Patrimônio líquido das investidas em: | | |
| 30/06/2014 | R\$ 663.669 mil | R\$ 3.923 mil |
| 30/06/2013 | R\$ 561.162 mil | R\$ 3.762 mil |
| Valor do investimento em: | | |
| 30/06/2014 | R\$ 93.559 mil | R\$ 3.923 mil |
| 30/06/2013 | R\$ 79.864 mil | R\$ 3.762 mil |
| Valor da equivalência patrimonial contabilizada: | | |
| 30/06/2014 | R\$ 6.071 mil | R\$ 680 mil |
| 30/06/2013 | R\$ 4.053 mil | R\$ 594 mil |

O Bancoob tem suas demonstrações financeiras auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório, sem ressalva, datado de 12 de agosto de 2014. A Administração da Cooperativa utilizou balancete preliminar para o cálculo e contabilização da equivalência patrimonial do Bancoob, antes do encerramento da auditoria daquela instituição, entretanto, não apresenta divergência relevante em relação aos números das demonstrações financeiras publicadas.

Durante o primeiro semestre de 2014, a Instituição adquiriu ações/quotas das coligadas e controladas, conforme quadro abaixo:

| Movimentação | Bancoob | | | Minaseg Total |
|---|----------------------------|--------------------------|--------------------------|-------------------------|
| | Quantidade de ações | | | |
| | Ações ON | Ações PN | Total | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2013 | 22.318.605 | 21.458.274 | 43.776.879 | 3.094.690 |
| Maio | <u>2.740.693</u> | <u>2.597.557</u> | <u>5.338.250</u> | - |
| Saldos em 30 de junho de 2014 | <u>25.059.298</u> | <u>24.055.831</u> | <u>49.115.129</u> | <u>3.094.690</u> |

Os investimentos nas empresas coligadas e controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial e os demais investimentos na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Confederação e Confederação Nacional de Auditoria de Cooperativa (CNAC), são avaliados pelo método de custo.

11 Imobilizado de uso

O quadro abaixo apresenta um sumário das movimentações financeiras do imobilizado de uso.

| Movimentação | 2014 | | | | |
|--|---------------------------|-------------------|--------------------------|--------------------------------|----------------------|
| | Imobilizações em curso | Imóveis de uso | Móveis e equipamentos | Equipamentos de informática | Total |
| Saldo em 31 de dezembro de 2013 | 26.677 | 293 | 300 | 772 | 28.042 |
| Aquisição | - | - | 7 | 103 | 110 |
| Depreciação | - | (8) | (48) | (211) | (267) |
| Saldo em 30 de junho de 2014 | <u>26.677</u> | <u>285</u> | <u>259</u> | <u>664</u> | <u>27.885</u> |
| Movimentação | 2013 | | | | |
| | Imobilizações em curso | Imóveis de uso | Móveis e equipamentos | Equipamentos informática | Total |
| Saldo em 31 de dezembro de 2012 | 26.242 | 309 | 357 | 1.180 | 28.088 |
| Aquisição | - | - | 19 | 18 | 37 |
| Alienação | - | - | - | (1) | (1) |
| Depreciação | - | (8) | (48) | (296) | (352) |
| Saldo em 30 de junho de 2014 | <u>26.242</u> | <u>301</u> | <u>328</u> | <u>901</u> | <u>27.772</u> |

12 Intangível

O quadro abaixo apresenta um sumário da movimentação do intangível:

| Movimentação | 2014 | | |
|--|---|----------------------|---------------|
| | Sistema de processamento de dados | Marcas e patentes | Total |
| Saldo em 31 de dezembro de 2013 | 12.007 | 7 | 12.014 |
| Baixa | (86) | | (86) |
| Aquisição | 432 | - | 432 |
| Amortização | (1.229) | - | (1.229) |
| Saldo em 30 de junho de 2014 | 11.124 | 7 | 11.131 |
| Movimentação | 2013 | | |
| | Sistema de processamento de dados | Marcas e patentes | Total |
| Saldos em 31 dezembro de 2012 | 12.380 | 7 | 12.387 |
| Aquisição | 1.277 | - | 1.277 |
| Amortização | (1.002) | - | (1.002) |
| Saldos em 30 de junho de 2013 | 12.655 | 7 | 12.662 |

O valor registrado na rubrica “Intangível”, refere-se a 473 licenças de uso do Sistema de Informática do Sicoob - SISBR, adquirida em 1º de junho de 2009, da Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Confederação. Na mesma data, a Central cedeu exclusivamente às suas filiadas (cooperativas singulares associadas), devidamente autorizado pelo Sicoob Confederação, o direito de uso do SISBR até 31 de maio de 2019.

13 Relações interfinanceiras - Centralização financeira

Concentração dos depósitos em 2014 no total de R\$ 2.351.354 mil (em 2013 - R\$ 1.675.356 mil):

| Descrição | 2014 | | 2013 | |
|-------------------------|-----------|------------|-----------|------------|
| | Valor | % do total | Valor | % do total |
| Maior depositante | 166.537 | 7 | 69.946 | 4 |
| 10 maiores depositantes | 843.678 | 36 | 517.957 | 31 |
| 20 maiores depositantes | 1.283.024 | 55 | 833.616 | 50 |
| 40 maiores depositantes | 1.834.029 | 78 | 1.259.173 | 75 |

14 Obrigações por empréstimos e repasses

| Instituição | Finalidade | Encargos financeiros | Vencimento final | 2014 | | 2013 | |
|--|------------|-----------------------|------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | | | | Circulante | Não Circulante | Circulante | Não Circulante |
| Banco Safra (i) | Custeio | 5,5% a.a | 05/10/2016 | 12.867 | 5.007 | 20.180 | - |
| Banco do Brasil | Custeio | 5,5 % a.a | 22/07/2013 | - | - | 8.879 | - |
| Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento | | | Até | | | | |
| (Mapa) (ii) | Funcafé | 5,5 a.a. A 7,5 a.a | 02/12/2019 | 136.838 | 30.750 | 111.052 | 28.768 |
| | | | | 149.705 | 35.757 | 140.111 | 28.768 |

Representam recursos captados junto a instituições oficiais e outras instituições, os quais são repassados às suas filiadas (cooperativas singulares).

- (i) As garantias dos contratos são títulos privados.
- (ii) As garantias dos contratos são títulos públicos federais.

15 Outras obrigações

| Descrição | 2014 | 2013 |
|---|----------------------|----------------------|
| Sociais e estatutárias: | | |
| Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social | 2.036 | 1.833 |
| Cotas de capital a pagar | 2.004 | - |
| | <u>4.040</u> | <u>1.833</u> |
| Fiscais e previdenciárias: | | |
| Impostos e contribuições a recolher | 747 | 591 |
| | <u>747</u> | <u>591</u> |
| Diversas: | | |
| Obrigações por aquisição de bens e direitos (i) | 22.969 | 27.121 |
| Provisão para pagamentos a efetuar | 284 | 278 |
| Provisão de férias, 13º salário e encargos | 3.038 | 2.526 |
| Provisão para pagamento administração financeira (ii) | 19.461 | 9.816 |
| Credores diversos no País | 5.013 | 4.538 |
| Outros | 15 | 18 |
| | <u>50.780</u> | <u>44.297</u> |
| Total | <u>55.567</u> | <u>46.721</u> |

- (i) Encontra-se registrado nessa rubrica, o valor de R\$ 22.552 mil, referente ao “contrato de Promessa de Compra e Venda de Unidade Autônoma”, de 98 (noventa e oito) salas comerciais no empreendimento denominado Monte Rey Comercial Caiçara, para instalação das dependências do Sicoob Central Crediminas.
- (ii) Refere-se à receita da centralização financeira contabilizada em provisão em atendimento ao princípio contábil de competência, sendo que este valor foi creditado às cooperativas singulares em 07 de julho de 2014.

16 Passivos contingentes

| Descrição | 2014 | | 2013 | |
|----------------------|-----------------------------|---------------------|----------------------------|---------------------|
| | Provisão para Contingências | Depósitos Judiciais | Provisão pra Contingências | Depósitos judiciais |
| PIS | 3.347 | 3.331 | 2.980 | 2.968 |
| COFINS | 7.927 | 7.883 | 7.076 | 7.057 |
| INSS | 247 | 247 | 234 | 234 |
| Trabalhistas | 147 | 38 | 132 | 52 |
| Outras contingências | 8.544 | 47 | 7.216 | 41 |
| | <u>20.212</u> | <u>11.546</u> | <u>17.638</u> | <u>10.352</u> |
| Circulante | 8.666 | - | 7.286 | - |
| Não circulante | 11.546 | 11.546 | 10.352 | 10.352 |

Existe, em 30 de junho de 2014 e 2013, provisão no montante de R\$ 20.212 mil e R\$ 17.638 mil, respectivamente, para fazer face a perdas que possam advir em função de interpretações polêmicas a respeito da tributação pela Receita Federal, INSS em sociedades cooperativas, causas trabalhistas e outras contingências. A provisão é considerada suficiente pela Administração e assessores jurídicos do Sicoob Central Crediminas para suportar eventual perda futura. Existem depósitos judiciais que suportam as discussões, cujos valores montam em R\$ 11.546 mil e R\$ \$ 10.352 mil em 30 de junho de 2014 e 2013, respectivamente, registrados na rubrica “Devedores por depósitos em garantia”, outros créditos do ativo não circulante.

Movimentação das contingências

| Natureza | 2014 | | | | | |
|---------------------------------------|--------------|--------------|------------|--------------|--------------|---------------|
| | PIS | COFINS | INSS | Trabalhistas | Outras | Total |
| Saldo em 1º de janeiro de 2014 | 3.151 | 7.456 | 240 | 140 | 7.521 | 18.508 |
| Constituições | 103 | 269 | - | - | 452 | 824 |
| Atualizações | 93 | 202 | 7 | 13 | 571 | 886 |
| Reversões | - | - | - | (6) | - | (6) |
| Saldo em 30 de junho de 2014 | <u>3.347</u> | <u>7.927</u> | <u>247</u> | <u>147</u> | <u>8.544</u> | <u>20.212</u> |
| Natureza | 2013 | | | | | |
| | PIS | COFINS | INSS | Trabalhistas | Outras | Total |
| Saldo em 1º de janeiro de 2013 | 2.847 | 6.843 | 230 | 133 | 7.985 | 18.038 |
| Constituições | 72 | 105 | - | 38 | 15 | 230 |
| Atualizações | 61 | 128 | 4 | 28 | 545 | 766 |
| Reversões | - | - | - | (67) | (1.329) | (1.396) |
| Saldo em 30 de junho de 2013 | <u>2.980</u> | <u>7.076</u> | <u>234</u> | <u>132</u> | <u>7.216</u> | <u>17.638</u> |

- (a) De acordo com as legislações vigentes, as contingências do Sicoob Central Crediminas estão sujeitas às revisões pelas autoridades fiscais em períodos prescricionais específicos para os diversos impostos e contribuições existentes.
- (b) Existem ainda, outras ações de indenização propostas por ex-associados de Cooperativas, em desfavor do Sicoob Central Crediminas, no montante de R\$ 1.264 mil. Essas ações não foram provisionadas em decorrência de nossos assessores jurídicos considerarem o risco de perda como possível.
- (c) O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de contingências passivas são efetuados de acordo com critérios que consideram, entre outras análises, a estimativa de perda, conforme Nota Explicativa nº 3 alínea “p”.

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

É representado pelas integralizações de 81 cooperativas filiadas em 30 de junho de 2014. De acordo com o estatuto social, cada cooperativa tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

b. Reserva legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, conforme inciso I do artigo 19 do Estatuto Social, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento das atividades do Sicoob Central Crediminas.

c. Sobras acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme o estatuto social, as normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembléia Geral Ordinária (AGO).

d. Fundo de assistência técnica, educacional e social - FATES

O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e por 5% das sobras líquidas, conforme inciso II, artigo 19 do Estatuto Social.

Atendendo à Instrução do BACEN, por meio da Carta-Circular nº 3.224/06, o Fates é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71 (Lei do Cooperativismo).

e. Deliberação da AGO de 2014

As sobras apuradas no exercício de 2013, após as destinações obrigatórias, no montante de R\$ 18.844 mil, foram 42,76% , referente às receitas monetizáveis creditadas em conta corrente das cooperativas e 57,24% , referente a resultado das operações não monetizáveis incorporadas às cotas-partes das singulares, conforme AGO de 27/03/2014.

18 Outras receitas operacionais

| Descrição | 2014 | 2013 |
|--|---------------|---------------|
| Rendas de créditos vinculados a operações adquiridas em cessão | - | 343 |
| Recuperação de encargos e despesas | 422 | 841 |
| Reversão de provisões operacionais | - | 1.380 |
| Rateio dos custos da Central | 15.166 | 14.118 |
| Rateio de sobras da Confederação | 1.691 | 7.221 |
| Outras rendas operacionais (a) | 618 | 955 |
| | <u>17.897</u> | <u>24.858</u> |

(a) Refere-se à atualização monetária de depósitos judiciais e outros ativos.

19 Outras despesas operacionais

| Descrição | 2014 | 2013 |
|-------------------------------------|----------------|----------------|
| Atualização processos judiciais | (886) | (766) |
| Atualização de obrigações | (939) | (1.119) |
| Provisão para passivos contingentes | (824) | (230) |
| Baixa de ativo contingente | (6) | (1.329) |
| Outras despesas operacionais | (253) | (128) |
| | <u>(2.908)</u> | <u>(3.572)</u> |

20 Coobrigações e riscos em garantias prestadas

O Sicoob Central Crediminas é avalista de suas filiadas em transações que montam em R\$ 7.846 mil em 30 de junho de 2014 (R\$ 16 mil em 30 de junho 2013), registradas em contas de compensação.

21 Créditos baixados como prejuízo

Em 30 de junho de 2014 e 2013, os créditos baixados como prejuízo montavam em R\$ 1.418 mil e 99% encontra-se em processo de cobrança judicial, registrada em contas de compensação.

22 Instrumentos financeiros e derivativos

As práticas contábeis adotadas no Brasil determinam a divulgação em nota explicativa às demonstrações financeiras do valor de mercado dos instrumentos financeiros, reconhecidos ou não nessas demonstrações.

O Sicoob Central Crediminas participa de operações envolvendo instrumentos financeiros e derivativos, exclusivamente com a finalidade de *hedge*, registrados em contas patrimoniais, destinados a proteger os ativos e passivos próprios e de suas filiadas das flutuações econômicas a que estão sujeitos. Ela tem como política operar somente instrumentos sobre os quais possa manter controle efetivo dos riscos envolvidos e em mercados e vencimentos que apresentem liquidez. Os riscos são avaliados permanentemente por meio de instrumentos de controle

julgados adequados, com o propósito de permitir o cumprimento das políticas e estratégias de proteção estabelecidas.

As aplicações interfinanceiras e os títulos e valores mobiliários são mantidos em instituições financeiras de reconhecida liquidez, e estão representados por títulos públicos federais (29,79%) , Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDIs (53,48%), Debentures (2,62%) , Letras Financeiras(6,23%) e Outras títulos (7,88%).

Os valores contábeis dos ativos financeiros da Central estão compatíveis com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado.

(a) Derivativos

A Central realiza operações com instrumentos financeiros derivativos na modalidade de *hedge*, que têm o objetivo de atenuar o risco de descasamento de taxas de parte do fluxo de caixa originado por operações oriundas de Cédula de Produto Rural (CPR). Tais operações encontram-se registradas na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

23 Transações com partes relacionadas

| Descrição | 2014 | 2013 |
|--|-------|-------|
| Remuneração do Conselho de Administração e Diretoria Executiva | 1.231 | 1.079 |

Os benefícios dos administradores estão representados basicamente por honorários, encargos sociais, aprovados em Assembleia Geral Ordinária.

| Transação | Bancoob | | Bancoob DTVM | | Confederação | |
|---|-----------|---------|--------------|------|--------------|-------|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Ativos | | | | | | |
| Depósitos bancários | 7 | 60 | - | - | - | - |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez | 1.360.301 | 929.216 | - | - | - | - |
| Títulos e valores mobiliários | 933.775 | 817.715 | - | - | - | - |
| Passivos | | | | | | |
| Outras obrigações | - | - | - | - | - | 3.132 |
| Receitas | | | | | | |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez | 60.344 | 30.493 | - | - | - | - |
| Títulos e valores mobiliários | 48.200 | 25.139 | - | - | - | - |
| Despesas | | | | | | |
| Custoria de títulos e valores mobiliários | 147 | 103 | - | - | - | - |
| Administração da carteira de título e valores mobiliários | - | - | 238 | 210 | - | - |

O Sicoob Central Crediminas não possui nenhuma transação ativa ou passiva com a empresa controlada Sicoob Minaseg - Administradora e Corretora de Seguros do Sicoob Sistema Crediminas Ltda. e tampouco com a Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Confederação e Confederação Nacional de Auditoria de Cooperativa (CNAC).

O Sicoob Central Crediminas, remunera os serviços prestados pelo Sicoob Minaseg, em função do assessoramento técnico operacional relativo ao Fundo de Ressarcimento de Valores (FRV) e pelo Sicoob Confederação em função da utilização do sistema SISBR, links e estrutura organizacional e de riscos, conforme abaixo:

| Descrição | 2014 | 2013 |
|---------------------|-------------|-------------|
| Sicoob Minaseg | 87 | 166 |
| Sicoob Confederação | 152 | 193 |

24 Índice da Basileia

O índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência - PR e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido - PRMR em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco - RWA.

Destaca-se que a partir de 01/10/2013 passou a vigorar o conjunto de normativos que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III.

O patrimônio líquido da Central apresenta-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, com índices da Basileia de 14,99% em 30 de junho de 2014 (Basileia III) e 17,72% em 30 de junho de 2013 (Basileia II).

| Base de cálculo | Basileia III 30/06/2014 | Basileia II 30/06/2013 |
|--------------------------------------|------------------------------------|-----------------------------------|
| Patrimônio de Referência Nível I | 174.431 | 151.886 |
| Capital Principal - CP | 174.431 | 151.886 |
| Patrimônio Líquido | 268.130 | 268.130 |
| Patrimônio de Referência Nível II | - | - |
| Patrimônio de Referência (a) | 174.431 | 151.886 |
| Risco de Crédito | 1.089.979 | 807.175 |
| Risco de Mercado | 8.957 | 4.873 |
| Risco Operacional | 51.334 | 42.027 |
| Ativo Ponderado pelo Risco - RWA (b) | 1.150.270 | 854.075 |
| Índice Basileia III (a/b) | 15,16% | 17,78% |
| Capital Nível I | 15,16% | 17,78% |
| Capital Principal | 15,16% | 17,78% |
| Risco Banking (RBAN) | 1.449 | 352 |
| Índice Basileia III | 14,99% | 17,72% |

- I. A partir de outubro de 2013, o patrimônio de referência passou a ser apurado com base na Resolução nº 4.192/13 do CMN;
- II. Até setembro de 2013, os valores foram apurados conforme Resolução nº 3.444/07 do CMN e, a partir de outubro de 2013, os valores foram apurados com base na Resolução nº 4.192/13 do CMN; e
- III. Para efeito de comparabilidade, ajustamos a “alocação de capital mínimo exigido” do período anterior, visto que passamos a apresentar as parcelas correspondentes ao “Ativo Ponderado ao Risco - RWA”.

25 Estrutura de gerenciamento de riscos

I. Risco operacional

1. Política institucional de risco operacional

- 1.1* A Política Institucional de Risco Operacional, aprovada no âmbito dos respectivos órgãos de administração (Conselho de Administração ou, na inexistência desse, Diretoria) das entidades do Sicoob, é revisada, no mínimo, anualmente por proposta da área responsável pelo gerenciamento do risco operacional do Sicoob Confederação, em decorrência de fatos relevantes e por sugestões encaminhadas pelas cooperativas do Sicoob e pelo Bancoob e suas empresas ligadas.
- 1.2* Essa Política estabelece diretrizes e responsabilidades aplicáveis ao gerenciamento do risco operacional das entidades do Sicoob, que por sua vez acompanham a sua aplicação por meio do Comitê de Controles Internos e Risco Operacional do Sicoob.

2. Estrutura de gerenciamento do risco operacional

- 2.1* O gerenciamento de risco operacional do Sicoob é realizado de forma centralizada pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), com amparo no art. 12 da Lei Complementar 130/2009, no art. 11 da Resolução CMN 3.721/2009 e no art. 21 da Resolução CMN 3.859/2010.
- 2.2* A estrutura centralizada de gerenciamento do risco operacional do Sicoob prevê:
- a) Identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco operacional;
 - b) Documentação e armazenamento de informações referentes às perdas associadas ao risco operacional;
 - c) Elaboração, com periodicidade mínima anual, de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco operacional;
 - d) Realização, com periodicidade mínima anual, de testes de avaliação dos sistemas de controle de riscos operacionais implementados;
 - e) Elaboração de propostas de atualização da política;
 - f) Disseminação da Política de Gerenciamento de Risco Operacional aos empregados da entidade, em seus diversos níveis, estabelecendo papéis e responsabilidades, bem como as dos prestadores de serviços terceirizados;
 - g) Existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar graves perdas decorrentes do risco operacional;
 - h) Implementação, manutenção e divulgação de processo estruturado de comunicação e informação sobre continuidade de atividades.

- 2.3 Os sistemas, modelos e procedimentos aplicáveis ao gerenciamento do risco operacional são avaliados, anualmente, pela Auditoria Interna do Sicoob Confederação.
- 2.4 Os resultados apresentados nos Relatórios de Auditoria Interna e Externa são utilizados para corrigir, adaptar, promover melhorias ou reformulações no gerenciamento do risco operacional.

3. Metodologia

- 3.1** O processo de gerenciamento do risco operacional do Sicoob consiste na avaliação qualitativa dos riscos objetivando a melhoria contínua dos processos.
- 3.2** O ciclo de identificação, avaliação e tratamento de riscos operacionais, incluindo a reavaliação dos riscos já identificados, compõe-se das seguintes etapas:
- a) Identificação do risco operacional:
- a.1) Atividade realizada em *workshop* de análise dos processos da entidade de modo a identificar riscos potenciais, internos e externos, que podem afetar a implementação da estratégia e o alcance dos objetivos da entidade. Nessa ocasião aplica-se o Questionário de Diagnóstico de Riscos Operacionais.
- a.2) O uso da Lista de Verificação de Conformidade (LVC) objetiva identificar situações de risco de não conformidade e cadastrá-las no Sistema de Controles Internos e Riscos Operacionais (SCIR) para monitoramento.
- b) Avaliação qualitativa do risco operacional identificado: atividade que relaciona as informações de impacto e probabilidade para a determinação dos riscos que devem receber tratamento. É realizada em *workshop* com aplicação da Matriz de Avaliação de Riscos Operacionais.
- c) Monitoramento, controle e mitigação do risco operacional: adoção dos procedimentos de (i) implementação, pelos gestores de cada processo, das ações por eles informadas para tratamento dos riscos operacionais; (ii) verificação da efetividade e tempestividade da implementação de cada ação; (iii) crítica do enquadramento dos riscos nos parâmetros definidos na metodologia; e (iv) reavaliação dos riscos operacionais, também pelos gestores de cada processo, considerando os sistemas de controles já implementados.
- d) Comunicação: geração de informações que permitam, internamente, a identificação de condições para adoção de correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco operacional e, externamente, a transparência do processo.
- e) Documentação e armazenamento de informações associadas ao risco operacional:
- e.1) As informações cadastradas no Sistema de Controles Internos e Riscos Operacionais (SCIR) são mantidas em banco de dados fornecido pelo Sicoob Confederação;
- e.2) Os documentos que evidenciam a efetividade, a tempestividade e a conformidade das ações para tratamento dos riscos operacionais, bem como as informações referentes às perdas associadas ao risco operacional são registradas e mantidas em cada entidade do Sicoob, sob a supervisão da

respectiva entidade auditora (se cooperativa singular, da cooperativa central; se cooperativa central e Bancoob, do Sicoob Confederação).

- f) alocação de capital: em cumprimento à Resolução CMN 4.193/2013 e à Circular BCB 3.640/2013, foi definida a Abordagem do Indicador Básico para o cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) referente ao risco operacional (RWAOPAD).

II. Riscos de mercado e de liquidez

1. Política institucional de riscos de mercado e de liquidez

- 1.1 A Política Institucional de Gerenciamento de Riscos de Mercado e de Liquidez, aprovada pelos respectivos órgãos de administração (Conselho de Administração ou, na ausência desse, Diretoria) das entidades do Sicoob, visa a estabelecer responsabilidades e diretrizes aplicadas à gestão de riscos de mercado e de liquidez e atender às exigências e normas legais.
- 1.2 As entidades do Sicoob, representadas no Comitê de Riscos de Mercado e de Liquidez do Sicoob, acompanham sistematicamente a aplicação da Política Institucional de Gerenciamento de Riscos de Mercado e de Liquidez.
- 1.3 Na revisão da Política são considerados os resultados dos testes das Auditorias Internas e Externas, a experiência da área gestora e as normas aplicáveis vigentes.
- 1.4 Os resultados apresentados nos Relatórios de Auditoria são utilizados para corrigir, adaptar, promover melhorias ou reformulações no gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez.

2. Estrutura de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez

- 2.1 O gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez é realizado de forma centralizada pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), com amparo no art. 9º da Resolução CMN 3.464/2007, art. 11 da Resolução CMN 3.721/2009 e no art. 8º da Resolução CMN 4.090/2012.
- 2.2 A estrutura de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez prevê:
- a) Realização de validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
 - b) Procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de liquidez;
 - c) Elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez;
 - d) Acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos para as entidades do Sicoob, fornecidos pela área responsável pela estrutura centralizada de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez, que evidenciem, no mínimo:
 - d.1)** Valor em Risco (*Value at Risk* - VaR);
 - d.2)** Limites máximos de risco de mercado;

d.3) Limite mínimo de liquidez.

- e) Realização de testes de avaliação dos sistemas implementados de controle dos riscos de mercado e de liquidez;
- f) Elaboração das demonstrações relativas aos riscos de mercado e de liquidez exigidas pelo Banco Central do Brasil, de acordo com as especificações normativas;
- g) Existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar graves perdas decorrentes do risco de mercado e de liquidez.

2.3 O processo de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez é claramente segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade dos processos no âmbito do Sicoob.

3. Metodologia

- 3.1 O gerenciamento de risco de mercado adota procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (*trading*) e não negociação (*banking*), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de *stress* e de aderência do modelo de mensuração de risco (*backtesting* do VaR).
- 3.2 A métrica adotada para o cálculo gerencial do risco de mercado é o *Value at Risk - VaR* (Valor em Risco), que mede a perda máxima estimada para um determinado horizonte de tempo, em condições normais de mercado, dado um intervalo de confiança estabelecido.
- 3.3 São realizados testes de *stress* mensais pela área gestora do Bancoob, com o objetivo de inferir a possibilidade de perdas resultantes de oscilações bruscas nos preços dos ativos, possibilitando a adoção de medidas preventivas.
- 3.4 O gerenciamento do risco de liquidez adota procedimentos de identificação dos parâmetros de liquidez, projeção da liquidez (fluxo de caixa), limites do risco de liquidez, cenários de *stress* de liquidez e planos de contingência de liquidez.
- 3.5 Os sistemas, os modelos e os procedimentos são avaliados, anualmente, pelas Auditorias Interna e Externa. Os resultados apresentados nos Relatórios de Auditoria são utilizados para corrigir, adaptar, promover melhorias ou até reformulações completas de processos de trabalho do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez.

III. Risco de crédito

1. Política institucional de risco de crédito

- 1.1* A Política Institucional de Risco de Crédito, aprovada pelos respectivos órgãos de administração (Conselho de Administração ou, na ausência desse, Diretoria) das entidades do Sicoob, visa a garantir uniformidade nos processos e decisões, integridade dos ativos, relação de risco e retorno em níveis sustentáveis e atender às exigências e normas legais.
- 1.2* As entidades do Sicoob, representadas em comitês especializados de crédito, acompanham sistematicamente a aplicação da Política. As questões negociais que envolvem o crédito são acompanhadas de forma destacadas pelo Comitê de Negócios de Crédito do Sicoob.

2. Estrutura de risco de crédito

- 2.1* O gerenciamento do risco de crédito é realizado de forma centralizada pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), com amparo no art. 10 da Resolução CMN 3.721/2009, que é o responsável pela padronização de processos, metodologias de análise de risco de associados/clientes e operações, monitoramento das carteiras de crédito e manutenção de política única de risco de crédito.
- 2.2* A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:
- a) Realização de validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
 - b) Estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
 - c) Procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
 - d) Procedimentos para a recuperação de créditos;
 - e) Sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
 - f) Prover as entidades do Sicoob de informações gerenciais periódicas.
- 2.3* Normas internas referentes ao gerenciamento de risco de crédito contemplam a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de 7/9 tomadores e de risco de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado, o qual contempla a validação de modelos e conformidade dos processos.
- 2.4* Os processos de crédito e de gerenciamento de risco de crédito são, claramente, segregados e a estrutura organizacional envolvida nesse processo garantem especialização, representação e racionalidade dos processos no âmbito do Sicoob.
- 2.5* Os sistemas, os modelos e os procedimentos são avaliados, anualmente, por Auditorias Interna e Externa. Os resultados apresentados nos Relatórios de Auditoria são utilizados para corrigir,

adaptar, promover melhorias, ou até mesmo, reformulações completas de processos de trabalho do gerenciamento do risco de crédito.

IV. Gerenciamento de capital

1. Política institucional de gerenciamento de capital

1.1 A Política Institucional de Gerenciamento de Capital, aprovada pelos respectivos órgãos de administração (Conselho de Administração ou, na ausência desse, Diretoria) das entidades do Sicoob, visa:

- a) Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
- b) Planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;
- c) Monitorar o capital mantido pelas entidades do Sicoob;
- d) Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado e atender às exigências e normas legais.

1.2 As entidades do Sicoob, representadas no Comitê de Gerenciamento de Capital do Sicoob, acompanham sistematicamente a aplicação da Política Institucional de Gerenciamento de Capital.

1.3 A aplicação das diretrizes registradas na Política e dos procedimentos aplicáveis é de responsabilidade de todas as entidades do Sicoob, sendo que as cooperativas no Regime Prudencial Completo (RPC) possuem também um Diretor responsável pelos processos e controles relativos à estrutura de gerenciamento de capital.

2. Estrutura de gerenciamento de capital

2.1 O gerenciamento de capital é realizado de forma centralizada pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), com amparo no art. 7º da Resolução CMN 3.988/2011.

2.2 A estrutura de gerenciamento de capital prevê:

- a) Monitoramento e controle do capital mantido pelas entidades do Sicoob;
- b) Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades estão sujeitas;
- c) Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades e horizonte mínimo de 3 (três) anos;
- d) Postura prospectiva, com antecipação da necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado;

- e) Viabilização, por meio de adequado planejamento de capitalização, de condições necessárias para o crescimento de negócios estabelecido nas diretrizes estratégicas.

3. Metodologia

- 3.1 O Gerenciamento de Capital é um processo cíclico que envolve áreas do Sicoob Confederação, Bancoob, cooperativas centrais e singulares.
- 3.2 O ciclo de Gerenciamento de Capital envolve, no mínimo, as seguintes etapas:
 - a) Planejamento com base na meta estratégica de crescimento sistêmico. Nessa etapa observa-se a projeção de crescimento considerando o histórico de cada entidade, as particularidades do mercado e os objetivos estratégicos individuais.
 - b) Consolidação dos dados: etapa em que são consolidados os balancetes e as metas de crescimento sistêmicas disponibilizados pelas cooperativas centrais e singulares.
 - c) Realização de cálculos baseados nas diretrizes do Banco Central do Brasil para indicadores de capital, de acordo com o Regime Prudencial Simplificado ou Completo. Os indicadores avaliam se o montante de capital que cada entidade mantém é suficiente para fazer frente aos riscos a que ela está exposta, sendo composto de 2 (dois) grandes grupos, conforme o horizonte de tempo (análise do quadro atual e análise preditiva de cenários futuros). São considerados também para cada entidade, cenários que podem variar do mais otimista ao mais pessimista.
 - d) Monitoração: consiste de análises e eventuais revisões dos parâmetros de cálculo com base em novas informações recebidas, legislação vigente aplicável, ajustes corretivos decorrentes do acompanhamento das condições projetadas comparativamente às respectivas efetivações, e como produtos desta fase são geradas propostas de fontes e planos de capital para cada entidade do Sicoob.
 - e) Gestão: as análises, fontes e planos de capital propostos são apresentados a cada cooperativa central e singular fechando o ciclo de Gerenciamento de Capital e auxiliando no planejamento dos meses subsequentes.
- 3.3 O Sicoob mantém um conjunto de metodologias que permitem identificar e avaliar os riscos relevantes, de forma a manter capital compatível com os riscos incorridos pela entidade.
- 3.4 São realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados das avaliações de seus impactos no capital são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração do Sicoob Confederação.
- 3.5 O processo de gerenciamento de capital é avaliado anualmente pela Auditoria Interna do Sicoob Confederação.

(a) Risco de imagem

Decorre de boatos ou publicação negativa, verdadeira ou falsa, em relação à prática ou condução dos negócios da Cooperativa, o que provoca a evasão de associados e a consequente perda de negócios.

Com vistas à mitigação do risco de imagem sistêmico, o Sicoob Sistema Crediminas por deliberação do Conselho de Administração desta central, adotou em Janeiro de 2011 a política de Comunicação e Marketing do Sicoob Confederação.

Essa política de comunicação e marketing tem por finalidade, priorizar os seguintes temas:

- Aumentar a visibilidade da Central como instituição cooperativista;
- Profissionalizar o relacionamento com os públicos de interesse;
- Melhorar o posicionamento de mercado; e
- Consolidar a marca Sicoob para que seja valorizada e reconhecida como a principal instituição financeira de seus associados.”

* * *

Conselho de Administração

Alberto Ferreira
Presidente

Vitor Hugo Gomes
Vice-Presidente

| | |
|---------------------------|-----------------------------|
| Flávio Vaz de Lima | Geraldo Souza Ribeiro Filho |
| Honório de Souza Rosa | Ivan Lemos Brandão |
| Leonardo Chaves Costa | Oswaldo Henriques Guimarães |
| Ricardo Ferreira da Silva | |

Diretoria Executiva

Elson Rocha Justino
Diretor Superintendente

Jésus Ferreira de Carvalho
Diretor Superintendente

Gerência de Serviços Centralizado

Fabiana Cristina da Silva
Gerente

Humberto Bispo da Silva
Contador CRC-MG 43.576